DIVERSIDADE DE GÊNERO EM CONTEXTO INDÍGENAS

ROSANI DE FATIMA FERNANDES¹
UFPA

RESENHA

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (Org.). **Gênero e Povos Indígenas**. Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012. 272 p.

Gênero e Povos Indígenas, organizado pelas antropólogas Ângela Sacchi e Márcia Maria Gramkow, traz uma coletânea de artigos apresentados em grupos de dois importantes eventos científicos: o *Fazendo Gênero 9*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, e a *27ª Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém, ambos em 2010, os quais constituíram espaços inéditos para a discussão da temática por antropólogos e especialistas.

Os artigos que compõem o livro discutem as relações de gênero a partir do olhar de pesquisadores e pesquisadoras sobre a percepção de

¹ Kaingang, Pedagoga, Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA), doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), na Universidade Federal do Pará. E-mail: rosanifernandes2@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4212214Y8>.

diferentes sociedades indígenas, o que representa uma inovação nas elaborações e reflexões acerca da (re)significação do masculino e feminino no universo indígena. A proposta das autoras é contextualizar as relações tradicionais de gênero e o reposicionamento das novas formas de protagonismo e agência das mulheres indígenas frente aos desafios, lutas e enfrentamentos dos movimentos e povos indígenas, especialmente relacionados às reivindicações por terra, educação escolar, saúde, meios de subsistência, participação política e promoção de direitos indígenas, nos quais mulheres e homens indígenas assumem diferentes e novos papéis. O livro também possibilita uma leitura comparativa acerca das realidades indígenas de outros países, como Guatemala, México e Argentina.

O primeiro texto, de Mariana Gomez, se propõe a recuperar, discutir e contextualizar as representações acerca das mulheres indígenas do Grande Chaco; analisando, a partir dos diversos interesses, econômicos, políticos e religiosos, as imagens estereotipadas construídas sobre o universo feminino indígena cristalizado e difundido por missionários jesuítas do século XVIII, exploradores do final do século XIX e etnólogos europeus que tiveram contato com a região nas três primeiras décadas do século XX. Tais representações tomavam os indígenas como “selvagens” e “belicosos”, cujas mulheres eram retratadas ora como “passivas bestas de cargas”, ora como “lutadoras sangrentas”, hostis, sem pudor com seus corpos, “eróticos” e “desprovidos de tabus”. A autora destaca o olhar romantizado dos etnógrafos europeus sobre as mulheres indígenas, separando a sexualidade da reprodução, generalizando a “sexualidade livre” como característica do comportamento de vários grupos indígenas, negando dessa forma as regras e normas específicas de cada povo que orientam as relações de gênero nessas sociedades.

Bárbara Maisonnave Arisi apresenta os resultados de sua pesquisa com o povo Matis da Terra Indígena do Vale do Javari, no Amazonas, mostrando como foi “etnografada” pelos indígenas, tendo sua presença negociada, estudada e avaliada por eles. Ao descrever as diversas situações de interação vivenciadas nas caçadas, nas rodas de conversa, nas idas às roças, nos plantios e coletas, a autora mostra como este povo concebe as sexualidades, as relações de gênero e as diferentes

noções de moralidade. Para a autora, os Matis atribuem grande valor às mulheres, que têm estatuto de grande importância na economia, cujo status está no número de filhos gerados, o que representa a “capacidade de fazer crescer o povo”. Ao descrever as suas próprias experiências de campo acerca da “sovinice e generosidade matis”, a autora desafia os pesquisadores indígenas e não indígenas a escreverem sobre suas próprias experiências e vivências acerca do tema.

Em seu artigo, Paulo Roberto Nunes Ferreira discute o conceito da “mulher em espaço de homens” por meio da análise das relações masculino-feminino na produção de desenhos em escolas kaxinawá, discutindo como se dá a articulação entre os gêneros, as agências, os saberes, as capacidades específicas e os espaços de atuação kaxinawá frente à sociedade não indígena, bem como as tensões e reconfigurações das relações de gênero a partir da resignificação do espaço escolar, que problematiza as identidades, a alteridade e a produção/transmissão de conhecimento: “a escola já não é mais um espaço eminentemente masculino” (NUNES FERREIRA, 2012, p. 90).

Gênero, casamento e troca com brancos é o título do artigo de Elizabeth Pissolato, que escreve sobre os casamentos interétnicos entre os Guarani-Mbya. A autora questiona se o matrimônio de mulheres guarani com homens brancos se constitui estratégia “feminina”, podendo, desta feita, ser interpretada à luz do gênero. Pissolato analisa a figura do casal guarani como fundante na construção da noção de pessoa na sociedade mbya, mostrando como estes elaboram o conceito de complementaridade masculino/feminino a partir da relação estabelecida pelo par marido/esposa. O casamento com os não indígenas representa a possibilidade de realização de alianças, de novas formas de relação e colaboração, sendo entendido como parte dos arranjos de sociabilidade e alteridade guarani.

Cinthia Creatini da Rocha analisa a agência feminina na sociopolítica kaingang, que, ao contrário do que mostram as literaturas etnológicas específicas, que não consideram a expressão da agência indígena feminina, mostra como as mulheres têm se tornado referências importantes dos coletivos kaingang como articuladoras dos núcleos familiares que operam na sociabilidade deste povo, especialmente nas questões relacionadas à terra. Por meio da trajetória de Martina

Vergueiro, a autora mostra como as mulheres podem centralizar e participar das questões sociopolíticas de seu povo, como portadoras de atributos que caracterizam uma boa liderança, exercendo agência indígena feminina em seus grupos. A autora ressalta a escassez de publicações nesse sentido e a necessidade de aprofundamento da temática para novas elaborações.

Com o intuito de compreender a participação das mulheres nos processos organizativos do povo Xucuru, Fernando Barros Junior analisa o papel das mulheres como companheiras das lideranças, a exemplo da esposa do cacique Xicão Xucuru, que mesmo não ocupando lugar de destaque na hierarquia política xucuru é considerada e respeitada como liderança por grande parte do povo. O autor ressalta a histórica invisibilidade feminina na causa Xucuru pelo fato das mulheres estarem “relegadas a papéis secundários”, como cozinheiras nas reuniões, por exemplo. Para o autor, existe uma lacuna no tratamento da questão por parte de pesquisadores, que corroboraram com a cristalização da atuação feminina como coadjuvante da hegemonia masculina, situação que vem mudando significativamente pela atuação das mulheres nas organizações indígenas, nas quais têm se destacado e ocupado espaços importantes.

Maria Helena Ortolan Matos contextualiza o espaço político das mulheres na trajetória do movimento indígena na Amazônia Legal Brasileira. Utilizando-se de dados etnográficos sobre organizações de mulheres indígenas das últimas décadas, a autora discute como estas, inicialmente tidas como complementares às tarefas e lutas masculinas por direitos, passaram a participar efetivamente como lideranças femininas, com reivindicações e lutas específicas, articulando e fortalecendo o protagonismo feminino no campo político coletivo. Por meio da análise de narrativas míticas, a autora contextualiza a participação das mulheres como chave na constituição de alguns povos, como os Sateré-Mawé, ressaltando que o espaço doméstico, comumente relegado às mulheres indígenas constitui-se também importante espaço político. Para a autora, as mulheres indígenas cada vez mais vêm ocupando espaços públicos, tanto na ação da política indigenista quanto na política indígena, apontando para a especificidade dos movimentos de mulheres indígenas e a necessidade de ampliação

do protagonismo indígena no Brasil.

Lady Day Pereira de Souza e Arneide Bandeira Cemim destacam a temática de gênero em contexto de migração, mostrando as práticas sociais de mulheres indígenas na cidade de Porto Velho, em Rondônia, o que fazem a partir das narrativas das histórias de vida de oito mulheres, com idade entre 26 e 80 anos. As autoras destacam as principais razões que as levam aos centros urbanos, as estratégias de negação e afirmação das identidades étnicas, a discriminação que sofrem pela condição étnica e as formas de organização e reivindicação que elaboram para a conquista de direitos frente às negativas do Estado brasileiro à assistência específica e diferenciada aos indígenas que vivem nas cidades.

O contexto de migração de mulheres mazahua para a Cidade do México, motivadas pela escassez de bens e serviços nas terras indígenas e pelos conflitos políticos nas comunidades indígenas, é discutido por Luciana de Oliveira Dias. Rotuladas pejorativamente de “Marias”, termo que designa mulheres pobres, feias, fracas, selvagens, prostitutas, indígenas, destituídas de poder, as mulheres mazahua migram para a cidade em busca de trabalho e acesso a serviços públicos básicos, como saúde, educação e moradia. Conhecidas historicamente pela luta como guerreiras nas batalhas pela independência do México, as Mazahua são consideradas mais fortes que os homens e com muita autoconfiança, rejeitam a categorização de “Marias” e elaboram estratégias de resistência e sobrevivência para criarem seus filhos.

Dina Mazariegos toma como ponto de partida o relato de vida de dez mulheres maya da Guatemala, intelectuais formadas em diferentes cursos, com idade entre 27 e 47 anos, pertencentes a diferentes comunidades linguísticas do país e que desde muito cedo enfrentaram o machismo, a pobreza e o racismo. A autora destaca a trajetória política e familiar dessas mulheres como parte de uma geração marcada pela guerra, pela descampenização, por tensões e rupturas que foram fundantes para suas histórias como protagonistas intelectuais e sociais, que vivenciaram experiências de opressão e discriminação e que construíram suas trajetórias a partir das suas cosmovisões e percepções, servindo como referenciais para as futuras gerações.

Natalia Castelnuovo Biraben analisa, a partir da perspectiva

etnográfica, como as mulheres guarani articulam o local e o global frente às políticas e projetos de “desenvolvimento”, mostrando como estas se apropriam de certos discursos e exercem a agência feminina indígena intervindo nas políticas sobre direitos indígenas, rebatendo as representações a que foram historicamente “submetidas”.

O livro é finalizado com uma entrevista realizada com as indígenas Valéria Paye Pereira e Léia Bezerra do Vale, que refletem sobre suas trajetórias de vida, os espinhosos caminhos que trilharam para acessar escolarização e os espaços que conquistaram como protagonistas nos movimentos indígenas. A partir de suas próprias vivências e da atuação junto aos seus povos, analisam as dificuldades e incompreensões no atendimento às demandas específicas das mulheres indígenas nas mais diversas instâncias, que, por vezes, se constitui obstáculo para efetividade plena de direitos.

Certamente *Gênero e Povos Indígenas* é leitura obrigatória para pesquisadores, especialistas, estudantes indígenas e não indígenas que se debruçam sobre a temática, especialmente pelas contribuições e inovações que o mesmo apresenta no contexto étnico brasileiro. As leituras, ao mesmo tempo em que apresentam os resultados de pesquisas e trabalhos realizados, são caracterizadas pela sensibilidade e conhecimento do tema por parte dos autores e autoras que “abriram brechas” para a compreensão desta temática tão instigante e ao mesmo tempo tão carente de novas produções.

Referências bibliográficas

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Org.). **Gênero e Povos Indígenas**. Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

NUNES FERREIRA, Paulo Roberto. Conceito de mulheres em espaço de homens: o desenho em escolas Kaxinawá (Hani Kui). In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Org.). **Gênero e Povos Indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012, p.78-97.